

OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMT

Fernanda Santana de Souza¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve exposição da política de assistência estudantil no ensino superior público enfatizando as ações realizadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cáceres. A pesquisa teve como objetivo delinear os limites e possibilidades para a implantação e implementação da política de acesso e permanência estudantil no âmbito do IFMT identificando os desafios para a construção de uma concepção e vivência dessa política como direito de cidadania, em face da dinâmica capitalista que afeta com veemência a educação superior do país e a complexa demanda social no interior do IFMT.

Palavras-chave: Ensino Superior. Assistência Estudantil. Política de Educação.

ABSTRACT

This article presents a brief account of the student assistance politics in higher education emphasizing the actions taken at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso - Cáceres Campus. The research aimed to delineate the limits and possibilities for the deployment and implementation of access politics and stay within the student IFMT identifying the challenges to building a design and experience of this politics as a citizenship right in the face of capitalist dynamics that strongly affects the country's higher education and the complex social demand within the IFMT.

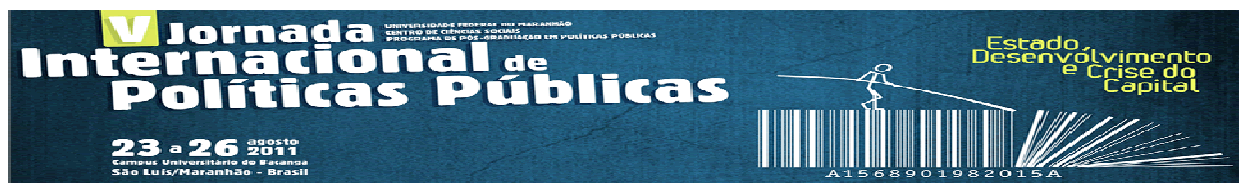
Keywords: Higher Education. Student Assistance. Education Politics.

I- ENSINO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Ensino Superior no Brasil tem passado por transformações advindas do mundo globalizado evidenciando fortes tendências como a privatização, o ensino a distância, a flexibilização e precarização do trabalho docente e a formação profissional técnica a fim de atender as expectativas do mercado.

Em 1988, em face da luta dos diversos movimentos populares foi promulgada

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). fernanda_ses@yahoo.com.br



a Constituição Federal de 1988, que representou um marco histórico no que se refere às questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

Entretanto, na conjuntura sociocultural brasileira, o que observamos é que historicamente a educação, apesar das intenções preconizadas nos inúmeros instrumentos jurídicos, não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos (GADOTTI, 1981, p.5).

Quando nos reportamos à questão da democratização do ensino superior constatamos que poucos são os estudantes que, egressos do ensino médio, alcançam este direito. Os processos de seleção, de forma elitizada, privilegiam os que tiveram acesso às instituições privadas e, portanto, se encontram mais preparados para prestar os concursos vestibulares.

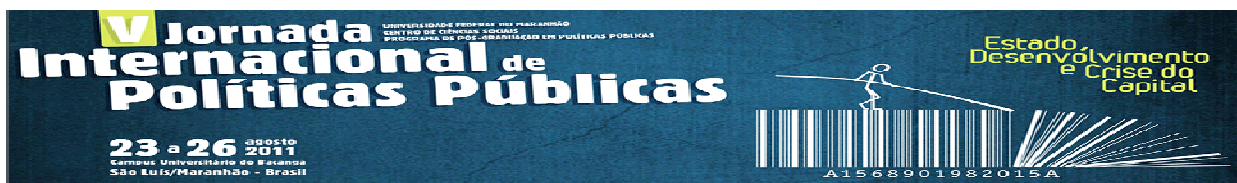
São muitos os problemas decorrentes das diferenças sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas e ambientais que demandam por políticas sociais que respondam a estes problemas oriundos da questão social, entendida como o

conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2004, p.27).

Neste contexto, a pesquisa realizada se propôs a conhecer a política de assistência estudantil no ensino superior público com enfoque na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica especificamente no IFMT Campus Cáceres.

Investigar sobre a temática nos impulsionou a desvendar alguns dos entraves da operacionalização da política de assistência estudantil, apresentados nos programas existentes na rede que assistem os estudantes em decorrência da limitação de vagas enquanto que a demanda existente é bem maior, fazendo com que muitos estudantes fiquem socialmente desprotegidos.

Estas inquietações nos levou a questionar como se dá o processo de implantação e implementação da assistência estudantil como política pública no



âmbito do IFMT *Campus Cáceres* investigando seus limites e possibilidades de operacionalização no ensino superior especificamente.

Considera-se relevante este estudo, pois vivemos em um contexto cujas demandas por assistência se apresentam a todo momento, principalmente pela alta concentração de riqueza encontrada no país, especialmente em Mato Grosso.

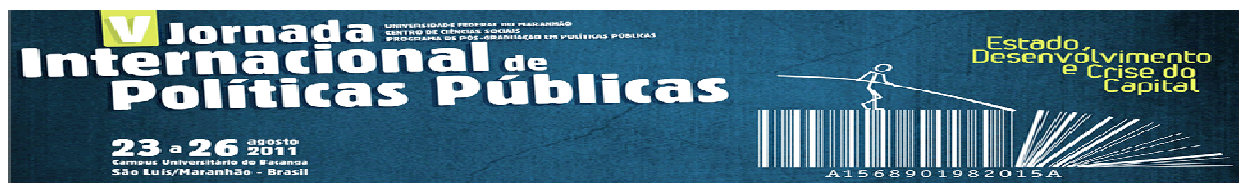
Ao propor a realização desta pesquisa, levantou-se dados e informações que subsidiassem a produção de conhecimento nessa área específica e subsidiar o direcionamento da construção de uma proposta de assistência estudantil que contemplem as diversas modalidades de ensino existente no IFMT.

Para tanto se utilizou, além de um levantamento bibliográfico a respeito da temática abordada, consultas em sites de universidades públicas e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferecem serviços de atenção aos estudantes. Sendo assim, foi possível evidenciar que esse é um tema pouco pesquisado apesar da importância que representa para os dos estudantes das escolas públicas de ensino superior no Brasil.

Na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição de barreiras e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Como política social, a assistência estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do *status* vigente” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 195).

De maneira geral a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas, tem se caracterizado na contemporaneidade por sua



natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros. (ARAÚJO, 2003)

Outro fator relevante na análise sobre a assistência estudantil diz respeito à precarização das condições de trabalho das equipes técnicas responsáveis pela implementação da política, onde a falta de concurso público e dos meios materiais para execução das ações estão consoantes à ideia de que para “pobres deve-se implementar políticas pobres”, isto é, políticas públicas sem as condições humanas e materiais adequadas e sem o devido planejamento, acompanhamento, avaliação e participação.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele.

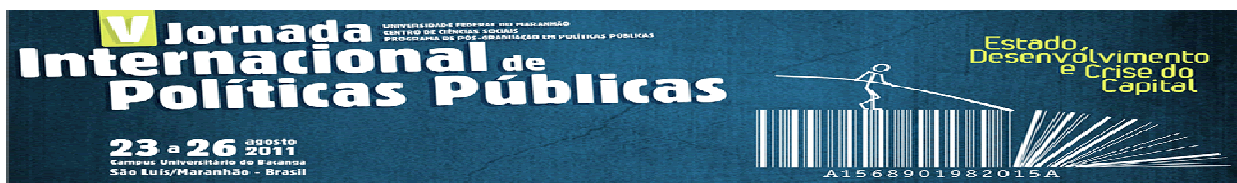
De acordo com Araújo (2003, p. 99)

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Nesse contexto, pode-se dizer que, sem perder de vista as experiências e as iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e considerada no Plano de Desenvolvimento Institucional das IFES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE², determina a adoção de

2 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE é órgão



programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes em situação de risco e vulnerabilidade social que demonstrem bom desempenho acadêmico.

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, implantado em dezembro de 2008 representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

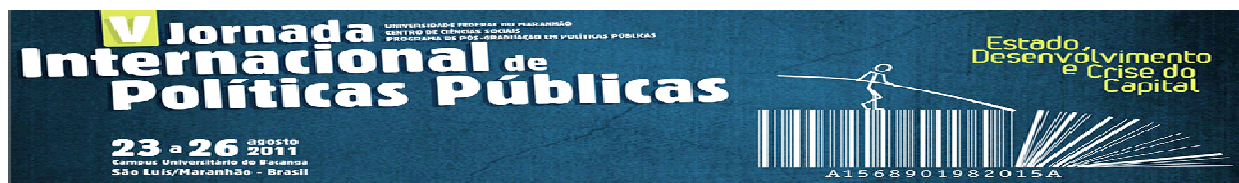
O PNAES é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica.

O programa estabelece em seu Parágrafo único que: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII – esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. (MEC, 2007)

Em resumo, as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a

assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante o FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas.



Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse programa “tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior”. E, em seu artigo 2º, item V, que “o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.”

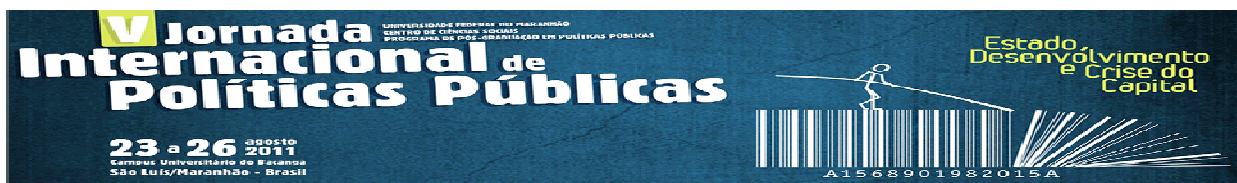
Segundo dados da SESU (1998) – Secretaria Nacional de Ensino Superior estima-se que o custo com a evasão no sistema federal é de R\$ 486 milhões ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das Instituições Federais encarecendo e reduzindo a eficiência do sistema.

A fim de conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES o FONAPRACE realizou pesquisas em dois períodos distintos, sendo o primeiro em 1996 – 1997, e após 8 anos, realizou uma segunda pesquisa, ou seja, nos anos de 2003 – 2004, que indicou parâmetros para definir melhor as diretrizes para elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos pelas instituições.

De acordo com o resultado da pesquisa, constatou-se que a maioria dos estudantes é composta por jovem do sexo feminino, solteiras e sem filhos, residem com seus familiares, tem como provedor o genitor e utilizam o transporte coletivo como meio de transporte.

Associado a esses dados, o estudo "Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Pública", realizado pelo MEC (1998), por meio de um grupo de Pró-Reitores de Graduação, aponta que 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo.

A assistência estudantil, por meio de Programas e Projetos, precisa abarcar ações que atendam a todos os estudantes em suas especificidades enquanto sujeitos em formação, especificidades essas relacionadas à questão de gênero, étnica, geracional e econômica. Assim sendo, depreende-se que uma Política de Assistência ao Estudante deva estar integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício pleno da cidadania, transformando-a, efetivamente, em política institucional a serviço da coletividade.



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMT CAMPUS CÁCERES: considerações de pesquisa

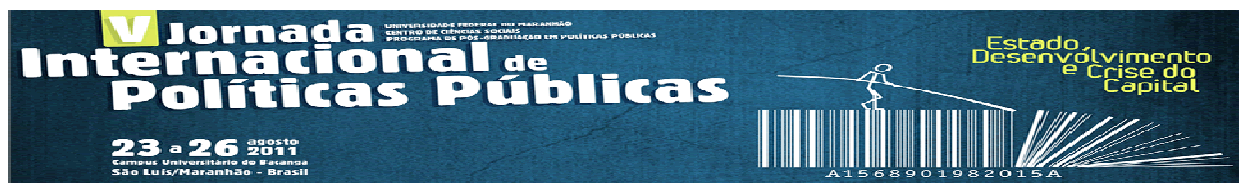
Os Institutos Federais, especialmente o Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT em seus diversos *Campi* atualmente depara-se com novas demandas sociais, oriundas principalmente com o advento de processos seletivos unificados a exemplo do ENEM, que proporcionam o ingresso de estudantes das mais variadas e longínquas regiões, trazendo com isso a necessidade de uma política de assistência estudantil sólida e eficiente.

Em nível de graduação o *Campus* Cáceres oferece dois cursos: Engenharia Florestal e Biocombustíveis.

O curso de Engenharia Florestal teve início no primeiro semestre de 2010, mas conta com 14 anos de experiência da instituição em formação técnica na área florestal. Desenvolvido em período integral (diurno) o curso tem duração de 5 anos.

Ainda em 2010 o curso de Tecnólogo em Biocombustíveis foi implantado e é desenvolvido no sistema semestral, o curso tem duração de três anos (Plano de Desenvolvimento Educacional, 2009).

Importante destacar que no Plano de Desenvolvimento Institucional (2009) prevê o desenvolvimento de programas de incentivo à permanência com as seguintes ações: Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico; Incentivar a permanência do aluno economicamente carente, através das bolsas de estágio; Isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos *campi* que assim permitir; Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores; Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades



de cada aluno com deficiência;etc.

Todavia, na realidade o *Campus* Cáceres conta com um restaurante estudantil que atende os estudantes que dele necessitam de todas as modalidades de ensino com taxa de R\$ 2,00 (dois reais) por refeição, moradia estudantil com 250 vagas sendo 226 vagas para estudantes do sexo masculino e 24 vagas para residência feminina, não contemplando o ensino superior, apenas as modalidades de ensino médio integrado e subsequente.

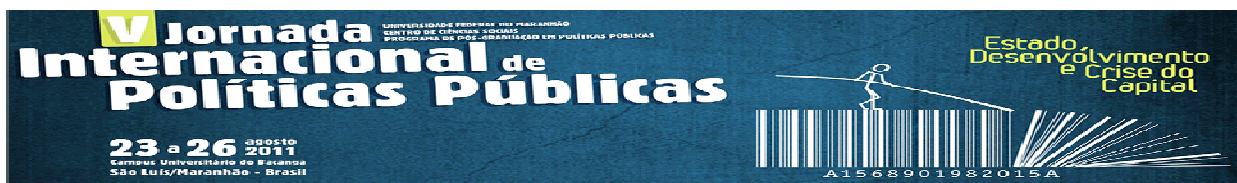
Como bolsa-trabalho são oferecidas anualmente 45 (quarenta e cinco), mas atendem apenas os cursos de nível médio e subsequente.

Segundo informações divulgadas no *site* oficial do *Campus* “O Ministério da Educação repassará à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2011, R\$ 150 milhões para investimento em assistência estudantil”.

É a primeira vez que os institutos federais e os centros federais de educação tecnológica terão repasses específicos para aplicar em programas dessa natureza. Antes, a reserva de verbas era decidida internamente pelos membros da rede. Os valores foram definidos proporcionalmente ao número de matrículas de cada unidade. Para Caetana Juracy Rezende (2011), coordenadora de políticas da educação profissional do MEC, deve-se investir cada vez mais em programas de assistência a alunos vulneráveis socialmente. “Temos um cenário novo, com mais oportunidades a pessoas de baixa renda que, em alguns casos, saem de seus estados para estudar em uma instituição da rede”, ressalta.

No *campus* Cáceres para a operacionalização desta política encontram-se algumas dificuldades tais como: gestão centralizada; contingenciamento orçamentário; insuficiência de recursos humanos; desmobilização acadêmica; fragilização dos órgãos colegiados.

A política de assistência estudantil do IFMT deverá ter compromisso com o desenvolvimento humano e como mecanismo de inclusão social deverá avançar e trazer em sua agenda ações voltadas para as mais variadas situações encontradas no ambiente acadêmico.



CONCLUSÃO

A primeira constatação oriunda da pesquisa é de que a política de assistência estudantil do IFMT em sua implantação apresenta avanços significativos, embora insuficientes para atender a complexa demanda social do Estado e comparado aos demais Institutos Federais está em fase embrionária.

Ainda como fruto da pesquisa constata-se que a assistência estudantil desenvolvida no IFMT é operacionalizada pela Coordenação Geral de Assistência ao Educando pelo Serviço Social e Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais que por sua vez deparam-se cotidianamente com um grande número de alunos em situação de vulnerabilidade, o que demanda intervenção em termos de moradia, alimentação, transporte e material didático-científico, o que infelizmente ainda não é executado no *campus* aqui analisado para estudantes dos cursos de graduação, apenas para estudantes do ensino médio integrado, modalidade PROEJA e cursos subsequentes.

Constata-se ainda, que são muitos os desafios para a consolidação de uma política de assistência estudantil no interior do IFMT. O *Campus* pesquisado preocupa-se com as demandas sociais que lhes são apresentadas e traz para o centro de suas discussões a operacionalização de uma ação qualificada que promova reais condições de permanência de seus estudantes.

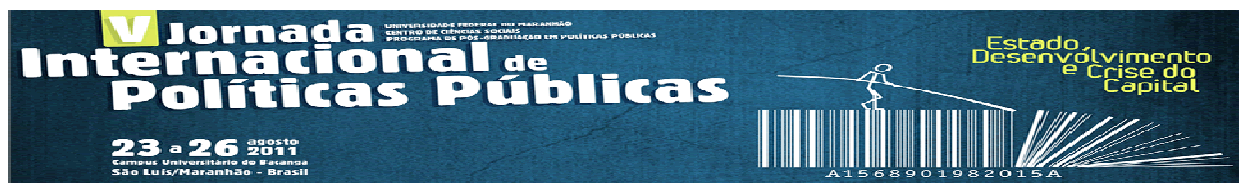
REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana.** 2003. Dissertação (mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco) Recife 2003.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social: v.2)

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** A Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL, INEP-MEC. **Pesquisa sobre o percentual de alunos absorvidos pela**



rede pública, 1998.

BRASIL, Lei nº 10.172 de 09/01/2001 – **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2001.

BRASIL, MEC-SEU – Secretaria Nacional de Ensino Superior. **Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação MEC. **Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (PREs/Reuni)** Decreto nº 6096 24/04/2007.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. 2008. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br>. Acesso em 13/02/2011.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea**. IN. Educação e Sociedade. CEDES nº 8. São Paulo: Cortez, 1981.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.27.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em: 20/02/2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2009.